

1111111111
-0. JUN. 1976

Poder Popular

Director: Eduardo Ferro Rodrigues Órgão do Movimento de Esquerda Socialista

Ano I N.º 42 26/1 de Junho de 1976 Preço 4\$00

OTELO



O PRESIDENTE DO POVO

A candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho é a **candidatura do 25 de Abril**. É a candidatura da **liberdade, da democracia e do socialismo**.

Só ela dá garantias de defender as conquistas obtidas através de duras lutas por parte das massas trabalhadoras, consagradas na Constituição, particularmente a **Reforma Agrária, as nacionalizações, o controle operário e as liberdades do povo**.

É uma candidatura em defesa da **Independência Nacional**, pondo os interesses do povo português acima das pressões estrangeiras ou das dominações dos blocos político-militares.

Ela salvaguarda a **unidade do povo**, impedindo a divisão entre a cidade e o campo, entre o Norte e o Sul, entre o continente e as ilhas. Ela visa a defesa e desenvolvimento das **organizações populares de base**, criando condições para o seu reforço e coordenação.

A candidatura de Otelo é a candidatura de todos quantos lutam por **melhores condições de vida** com emprego para todos e uma política popular nos domínios da habitação, saúde e ensino.

É a candidatura dos que se opõem à **profissionalização das Forças Armadas**, de modo a impedir que alguma vez os soldados virem as suas armas contra as lutas das massas trabalhadoras.

Por isso Otelo é o candidato de todos quantos se opõem à escalada das forças reaccionárias. De todos quantos lutam por uma sociedade nova em que os latifúndios e as grandes empresas sejam propriedade de todos, tornando possível o verdadeiro exercício democrático do poder pelos trabalhadores, a caminho de uma sociedade sem classes.

UNIDADE
POPULAR
PARA
O SOCIALISMO



COMÍCIO NO PORTO SÁBADO 29
AVENIDA DOS ALIADOS

COMBOIO ESPECIAL DE LISBOA
TRANSPORTARÁ OTELO E TODOS OS QUE QUISEREM
INTEGRAR-SE NESTA JORNADA

CHEGADA À ESTAÇÃO DE S. BENTO ÀS 20.30
SEGUE-SE O COMÍCIO

I CONFERÊNCIA CONCELHIA DE GUIMARÃES DO MES

Realizou-se em Guimarães, nos dias 15 e 16 de Maio, a I Conferência Concelhia de Guimarães do MES, na qual participaram cerca de 140 camaradas filiados ou não no nosso Movimento, entre os quais muitos trabalhadores, membros de direcções sindicais, de comissões de trabalhadores, delegados sindicais e ainda professores e estudantes.

Durante dois dias foram analisados em profundidade os principais problemas com que se debate o povo trabalhador do concelho, tendo-se concluído:

I Secção — Problemas do Ensino e da Juventude:

A escola não está virada para o povo. O MEIC tenta dividir os estudantes para assim criar as condições necessárias que facilitem a reconversão capitalista das escolas através da desorganização das actuais actividades escolares e consequentemente pela criação do caos no ensino. O ensino nocturno é uma forma de exploração das classes trabalhadoras. Nas escolas do nosso concelho o movimento estudantil só recentemente começou a dar os primeiros sinais. Os principais responsáveis pelos desvios da juventude são o sistema capitalista e os seus defensores e não os jovens em si mesmo. Contra a repressão sexual, educação e os seus defensores são os responsáveis pelo desemprego que muito afecta os jovens.

II Secção — Os Sindicatos, as Comissões de Trabalhadores, o Desemprego:

No nosso concelho são quase inexistentes as comissões de trabalhadores e comissões de delegados sindicais. Como proliferam as pequenas empresas as relações patrão-operário dificultam o desenvolvimento da consciência de luta entre os trabalhadores. A participação dos trabalhadores nos actos eleitorais e nas assembleias das estruturas que lhes dizem respeito é escassa. O clero, predominantemente reaccionário, é muito responsável por este estado de

coisas. A até aqui marginalização da mulher trabalhadora dificulta imenso a unidade entre os trabalhadores. O analfabetismo que reina em grande escala no concelho é muito responsável por esta situação. A acção dos partidos burgueses e da esquerda reformista tem levado à divisão e desmobilização dos trabalhadores. A organização local dos sindicatos é extremamente burocratizada. Decidiu-se formar um Comité de Luta dos Desempregados. Decidiu-se lutar por uma imprensa popular ao serviço das classes trabalhadoras do concelho.

III Secção — Órgãos Populares de Base:

De entre as 30 comissões de moradores existentes no concelho e reconhecidas legalmente, apenas um escasso número tem desenvolvido trabalho digno de relevo. É urgente que as comissões de moradores se coordenem com as comissões de trabalhadores e outros órgãos de poder popular. Os órgãos populares de base terão de ser nesta fase órgãos de resistência à burguesia.

IV Secção — A situação da mulher trabalhadora:

Nas categorias profissionais com piores salários encontram-se sempre as mulheres e no geral as mais novas. Em muitas empresas secções inteiras onde só trabalham mulheres são todavia dirigidas por homens. A mulher é sobreexplorada na fábrica e em casa. Não pode pois a sua partici-

pação na vida sindical e política em geral ser igual à do homem. Contudo, depois do 25 de Abril foram mulheres que dirigiram as lutas da Sousa Azevedo, da fábrica de confecções Mesquita, da Têxtil Vila Pouca no nosso concelho. A libertação da mulher encontra-se firmemente ligada à luta revolucionária da classe operária, de todos os explorados e oprimidos, encontra-se firmemente ligada à luta pela construção de uma sociedade nova, de uma sociedade sem classes, com iguais direitos e deveres para todos.

Estas conclusões foram apresentadas no decorrer de um comício realizado na Escola Comercial e Industrial, que

contou com a presença de cerca de 700 pessoas. Esteve também presente o camarada José Afonso que cantou algumas canções populares. Neste comício, onde se exprimi a posição do M. E. S. face às eleições presidenciais, foi aprovada por aclamação uma moção de apoio à candidatura de Otelo na qual, depois de alguns considerandos, «os presentes no comício do M. E. S., no final da I Conferência Concelhia de Guimarães em 16 de Maio, exigem que Otelo se candidate à Presidência da República».

Viva a I Conferência do MES em Guimarães

I CONFERÊNCIA DISTRITAL EM VILA REAL

Realizou-se no passado fim de semana em Chaves a I Conferência Distrital de Vila Real, a qual contou com a presença de 60 camaradas provenientes de vários concelhos e ligados a diversas experiências de luta.

Os temas abordados foram agrupados em três secções:

- I — Problemas do Ensino e da Juventude;
- II — Problemas dos camponeses do Norte;
- III — Habitação, saúde e comissões de moradores.

Da análise dos problemas, do confronto de experiências e das conclusões tiradas ressaltou com maior clareza a importância de que se reveste para a esquerda e para os revolucionários o trabalho entre o povo de Trás-os-Montes.

Começam pois a estar criadas as condições para uma real aproximação entre os trabalhadores do campo do Norte e do Sul do país, dos seus problemas comuns, das suas lutas.

Esta Conferência encerrou no domingo com um comício pelas 21.30 h. no Liceu de Chaves, o qual teve a presença de cerca de duas centenas de pessoas. Presidiu a este comício o camarada Herminio Botelho, de Vila Real, e entrevistaram os camaradas Celestino Chaves, que apresentou as Conclusões da Conferência, Nuno Teotónio Pereira, que falou sobre a situação política actual e José Dias, que desenvolveu o tema da candidatura de Otelo.

Foram aprovados moções de apoio à candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, bem como de repúdio pelas manobras da direita que visam caluniar a memória do padre Maximino de Sousa e da estudante Maria de Lurdes, com o intuito de esconder aos olhos do povo o odioso carácter fascista do seu assassinato.

VIVA A I CONFERÊNCIA DISTRITAL DE VILA REAL DO MES!

Contraponto

No programa «Contraponto» da Radiodifusão Portuguesa actuaram na passada quinta-feira o dr. Sousa Tavares, director do jornal «A Capital» (primeiro responsável pela transformação desse órgão de informação, hoje ferozmente anticomunista e difusor da fracção mais direita do PS), o tenente-coronel Costa Neves, membro do ainda chamado «Conselho da Revolução» e um indivíduo que foi apresentado como «cidadão vulgar» e que a si próprio se rotulou de «reformista».

Durante uma hora estes tres personagens desenvolveram as suas opiniões sobre o tema «Legitimidade Revolucionária». Durante uma hora caluniaram o processo revolucionário, fizeram a defesa objectiva da contra-revolução, atacando tudo e todos os que lutaram pelo poder popular e pelo socialismo. Em nome de conceitos abstractos como «legitimidade», «justiça», «democracia» estes senhores procuraram confundir e enganar os ouvintes, tentando estabelecer comparações entre o regime fascista e o período de ofensiva popular (até ao 25 de Novembro), e aproveitando para exigir sanções para os «responsáveis pelas arbitrariedades cometidas» (ou seja os que deram as ordens para prender os pides, os legionários, os sabotadores económicos e outros contra-revolucionários).

O dr. Tavares foi mais longe que qualquer dos outros, sendo a imagem vida de uma burguesia

que se sentiu à beira do naufrágio e que hoje clama por medidas que lhe permitam o regresso aos doces tempos da exploração fácil e opressão impune, tudo em nome dos sagrados princípios da «lei» e da «ordem»...

Depois de terem sido transmitidos alguns telefonemas de ouvintes muito justamente indignados com as baboseiras de direita que haviam sido proferidas e que enervaram o dr. Tavares (que disse «não responder a perguntas idiotas...») o director do «Poder Popular» teve sete minutos para exprimir as suas posições sobre as intervenções anteriores. Perante o pânico dos tres senhores e do director do programa (Barão da Cunha, autor do livro «Radiografia Militar») denunciou o que ali se passara, mostrando com clareza qual a «legalidade» e «legitimidade» que a burguesia e os seus servidores procuram impor. A hipocrisia e demagogia das «análises» feitas pelos tres senhores convidados especiais do programa foram postas a nu na intervenção do nosso camarada que acabou por ser interrompido por um dr. Tavares completamente fora de si, com gritos furiosos que mostravam a irritação de quem não gosta de ser publicamente desmascarado.

O «Contraponto» do dr. Tavares acabou por ser francamente positivo pois mostrou a milhares de ouvintes em que mãos se encontra um dos principais jornais portugueses e a que serve a sua orientação política reaccionária.

Serviço de Livros e Edições do MES — SLEMES

CADERNOS DO SLEMES

1. PODER POPULAR — Um projecto político? D. Oliveira e M. Vieira — 35\$00
2. O PROCESSO DA REVOLUÇÃO DEMOCRÁTICA POPULAR EM MOÇAMBIQUE Samora Machel — 35\$00
3. CRISE, PROGRAMA E NOVA OPOSIÇÃO Lúcio Magri — 30\$00
4. A QUESTÃO DO IMPERIALISMO EM V. I. LENINE E ROSA LUXEMBURGO Christian Palloix — 30\$00
5. LUTA DE CLASSES EM PORTUGAL Paul M. Sweezy — no Prelo — 30\$00

A QUESTÃO DO IMPERIALISMO EM V. I. LENINE E ROSA LUXEMBURGO



christian palloix

CADERNOS DO MES

FRENTE DE LUTA NAS FORÇAS ARMADAS

A instituição militar é o suporte do domínio das classes dominantes. No Estado capitalista, as Forças Armadas que o burgueses recorre sempre que estão esgotadas os outros meios de repressão sobre o proletariado e as classes exploradas e oprimidas. É com o exercício que a burguesia organiza e exerce a violência contra as exploradas.

Os soldados militares não são mais do que a concentração da ideologia segregada pelo indivíduo militar, do «soldado» que a burguesia utiliza durante períodos de domínio no «mundo» da repressão e classe operária e o povo para garantir a sua estrutura de classe. A toda esta conjuntura de normas e ideologia que constituem o Espírito das Forças Armadas, os seus meios e sua violência em são colaterais à implementação da própria legalidade burguesa, no que respeita a organização dos Corpos Armados (Exército, dentro e nome de Militarismo.

COLECÇÃO «CADERNOS DO MES» - 3

FORA DE COLECÇÃO

1. CONTROLO OPERÁRIO/PODER POPULAR
2. A LUTA DE CLASSES A ESCALA MUNDIAL
3. FRENTE DE LUTA NAS FORÇAS ARMADAS — a 6\$00

ANTES MORRER DE PE DO QUE TODA A VIDA DE JOELHOS de António Albino Machado

PELO SONHO NÃO VAMOS LA de Martinho Marques

PELA CANDIDATURA DE UNIDADE POPULAR!

O MES, durante a campanha eleitoral para a Assembleia da República, alertou por várias vezes o Povo Português sobre a importância do processo eleitoral para a Presidência, momento em que se verificaria a clarificação política sobre os resultados anteriores, em que a verdadeira natureza das maiorias parlamentares seria posta a nu. Deste modo, denunciámos firmemente a tática demagógica e oportunista do PCP, que mobiliza os trabalhadores com base numa pretensa «maioria de esquerda», que daria lugar a um «Governo de Esquerda», tudo isto escamoteando a política de alianças do PS. E ignorando o papel decisivo do Presidente da República e da conjugação de forças que o promove-se.

Hoje, para milhares de trabalhadores iludidos pelas miragens reformistas, começa a ser clara a sensação decepcionante de uma realidade muito diferente dos slogans eleitorais, de uma situação política que mostra a inutilidade do «voto útil». De um momento para o outro, a «maioria de esquerda» transformou-se em maioria de direita, a vontade antifascista do povo português, expressa nos resultados eleitorais, foi habilmente manipulada pela burguesia, dando lugar a uma firme aliança anticomunista, consolidada em redor da candidatura de Ramalho Eanes, o General do 25 de Novembro. Não são apenas aqueles que votaram PCP que agora se sentem enganados. Do eleitorado do PS, contam-se por milhares os socialistas sinceros que vêem com apreensão e revolta a sua direcção partidária de braço dado com toda a espécie de reaccionários entrando no alegre côro burguês que promove a candidatura de Eanes.

Entretanto, desenvolve-se com enorme vigor a movimentação popular de apoio à candidatura do 25 de Abril, em torno da figura de Otelo Saraiva de Carvalho. De Norte a Sul do País, em fábricas, escritórios, escolas, bairros e cooperativas o consenso dos trabalhadores explorados em opôr à unidade dos patrões a unidade popular vai ganhando cada vez maior dimensão. Decisões em plenários, abaixo-assinados, cartas e telegramas exigindo a Otelo que se candidate vão-se avolumando em cada dia que passa. **O General está decidido a aceitar a pressão popular, e a avançar com a sua candidatura!**

O PCP ATACA A ESQUERDA!

Mas, o PCP, em vez de tirar as conclusões que se impunham da falência da sua tática, alinhando

do no movimento popular de resistência ao golpe por via presidencial, em vez de atacar e denunciar a ofensiva burguesa e a candidatura do 25 de Novembro, prefere manter a sua linha de actuação e alvejar a esquerda consequentemente anti-fascista que apoia a candidatura de Otelo.

Assim, vai elaborando comunicados caluniosos, vai tentando rotular de «esquerdista» a proposta popular, e vai ainda mais longe: enquanto a sua imprensa insinua a possível «ineligibilidade» de Otelo (que parece interessar profundamente ao PCP), avança com a sua candidatura partidária claramente divisionista e sectária, anunciando o nome de Octávio Pato como sua alternativa...

UM CANDIDATO PARA DIVIDIR

Assim se confirma aquilo que avisávamos há uma semana: para evitar que os seus próprios militantes de base apoiem Otelo, o PCP não hesita em contradizer as suas declarações anteriores sobre a «vantagem de uma candidatura militar» e o «apoio a uma candidatura para ganhar», lançando Octávio Pato com o fim principal de dividir o movimento popular e limitar o desgaste do seu aparelho partidário. Atitude curiosa esta, para um Partido que durante as eleições para a Assembleia da República afirmava não fazer sentido as candidaturas autónomas de organizações de esquerda que queriam expressar a sua linha política de orientação, rotulando-as de grupusculares e divisionistas...

Mas esta manobra tem os seus limites. A apresentação da candidatura de Octávio Pato não quer dizer que o PCP queira passar pelo teste das urnas, e de uma votação menos significativa que a de Otelo. Assim, a hipótese de desistência para Eanes à boca das urnas é bastante grande. Os verdadeiros comunistas devem estar alertados para esta possibilidade (bem real) compreendendo que a hora é de unidade à volta da candidatura de Otelo!

Apesar das manobras e das pressões, vai ficar na História da luta dos trabalhadores portugueses a campanha de apoio a Otelo. Isolando as tendências aventureiras e esquerdistas, expressão do radicalismo pequeno-burguês, que mostrando nada compreender sobre a actual fase da luta de classes em Portugal, repetem palavras de ordem anteriores ao 25 de Novembro e que hoje estão desaptadas à actual situação, o movimento popular fortalecer-se-à decisivamente neste processo eleitoral.

O reforço dos órgãos de Poder Popular, da sua implantação, combatividade e coordenação, o aprofundamento da unidade entre os trabalhadores de vanguarda de vários Partidos, um salto importante no sentido da construção de uma sólida frente anti-fascista e anti-capitalista, serão resultados de grande significado político que esta campanha conseguirá!

Os militantes do MES, como sempre, na primeira linha de combate, lá estarão firmemente dispostos a contribuir para uma grande vitória dos trabalhadores, da sua organização e da sua unidade!



EANES — O candidato do 25 de Novembro, que meteu os revolucionários na prisão e reorganizou o exército da burguesia. A partir daí os trabalhadores têm sentido diariamente a recuperação capitalista. Eanes é o candidato da direita



PINHEIRO DE AZEVEDO — Uma candidatura que manda os trabalhadores à merda



PATO — Um candidato partidário, divisionista, que lança a confusão nos trabalhadores. Tendo como único objectivo evitar que as suas bases se unam no amplo movimento em torno de Otelo, esta candidatura do PC serve objectivamente os interesses da direita

RELAÇÕES ENTRE PORTUGAL E ANGOLA

Comunicado de um grupo de trabalhadores da TAP

O processo de libertação desencadeado pelos povos das colónias portuguesas que culmina com o derrube do regime fascista de Salazar e Caetano, em 25 de Abril de 1974, vem traçar o rumo irreversível para a independência das ex-colónias, entre as quais se encontrava o nosso país.

Pouco tempo decorrido sobre esta data histórica o processo de descolonização de Angola começa a ser desvirtuado pelo governo português, o qual não só reconhece os movimentos fantoches UPA/FNLA e UNI-

TA, assim como permite a invasão do território angolano por forças armadas estrangeiras a soldo do imperialismo, sem esboçar qualquer protesto ou resistência.

Em consequência disso o M. P. L. A. proclama a independência de Angola como República Popular em 11 de Novembro de 1975, na ausência de quaisquer autoridades oficiais portuguesas e, apesar dos vivos protestos das suas forças progressistas, só tardiamente Portugal se decide a reconhecer a jovem República. Portugal protege orga-

nizações reaccionárias que, aí instaladas, caluniam a nossa justa luta e cometem actos terroristas que se materializaram na explosão de bombas na Delegação do M. P. L. A. na cidade do Porto e na Embaixada da República Socialista de Cuba. Iguamente permite a entrada do conhecido torcionário e dirigente do grupelho fantoche UPA/FNLA Hendrik Vaal Neto, cujas declarações difamatórias e provocatórias numa entrevista dada ao jornal reaccionário «O Retornado» que em conjunto com outras atitudes de reaccionários portu-

gueses, mais não visam do que dificultar o estabelecimento de relações normais e amigáveis entre os dois povos.

Neste contexto, um grupo de trabalhadores da TAP em Luanda e em Lisboa vem publicamente manifestar o seu vivo repúdio pela passividade do governo português perante a escalada de agressões reaccionárias contra o povo angolano e o seu governo, e reafirmar a esperança de uma desejável melhoria de relações entre ambos os povos.

ASSINATURA

Poder Popular

6 meses 100\$00

12 meses 200\$00

apoio 400\$00

estrangeiro Europa 500\$00

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Profissão _____

JORNAL SEMANAL — todas as 4.ªs-feiras

Propriedade do Movimento de Esquerda Socialista

Administração - Redacção Av. D. Carlos I., 132, Lisboa telefone 66 26 29

Composição e impressão Renascença Gráfica S.A.R.L. Rua Luz Soriano, 44 — LISBOA

AÇORES — "Se a autonomia é para nos tornarem ainda mais escravos, então escusam de falar nela"

Vão ter lugar nos Açores e na Madeira, dentro em breve, eleições para uma assembleia regional, cujas funções, de acordo com a Constituição, serão a formação de um Governo Regional, o qual terá algum poder local. Esse poder tem, contudo, limitações importantes consignadas na Constituição, precisamente em pontos rejeitados pelo CDS e PPD, sendo o principal o que

não permite retirar aos trabalhadores açorianos nenhuma regalia que seja conquistada pela classe trabalhadora a nível nacional.

Não obstante, os partidos burgueses fazem vista grossa dessas e de outras disposições que não lhes convêm e desenvolvem todo um conjunto de manobras tendentes a garantir que a assembleia regional e o Governo que dele sair sejam os fiéis executores de

uma política que garanta a continuação da exploração sobre o povo trabalhador das ilhas.

Nos trâmites legais necessários à apresentação de candidaturas foram usados processos tendentes a impedir a participação da esquerda revolucionária. Assim, tal como aconteceu para a Assembleia da República, quando é conhecido publicamente o texto legal, falta apenas um curtíssimo espaço de

tempo para essa apresentação, isto para um total de 9 círculos eleitorais, um por cada ilha.

Além disso, a situação política nos Açores não poderá ser classificada propriamente de «democrática», uma vez que, por exemplo, ainda estão desempregados os trabalhadores progressistas saneados à esquerda... e quem os saneou pode ameaçar, em qualquer momento, fazer outro tanto a quem manifeste qualquer simpatia pelos partidos de esquerda.

O MES, único partido de esquerda revolucionária com tradição de luta nos Açores, não assistirá passivamente ao desenrolar deste processo eleitoral, e, ainda que não podendo participar em todos os círculos (privilegio alcançado apenas por partidos com largos recursos financeiros e com toda a margem de manobra — CDS, PPD e talvez PS) apresentará candidatos revolucionários pelo menos numa das ilhas, o que lhe possibilitará a utilização dos meios de comunicação mais importantes (rádio e TV).

Esta candidatura assume tanto mais importância quanto se assiste neste momento, quer à legalização da FLA através da criação da UDA quer a uma crescente tomada de consciência dos trabalhadores das ilhas sobre a quem interessa o separatismo e a autonomia defendida pela UDA/FLA, CDS, PPD.

Exemplo disso é a carta que um grupo de operários de uma empresa de panificação de Angra dirigiu ao general Altino de Magalhães em que se afirma:

«Inventaram-se separatismos e autonomias (que antes do 25 de Abril ninguém se atrevia sequer a mencionar) para que os Açores, ou melhor os trabalhadores açorianos, o povo dos Açores, fiquem de fora, não beneficiem das conquistas dos trabalhadores do continente.

«Nós queremos dizer muito simplesmente que em nosso nome falamos nós; que os fascistas que existem nos Açores são nossos inimigos, são inimigos do povo açoriano, mas que nós, apesar do que eles julgam, os conhecemos bem e não esquecemos a exploração, a mentira, o terror e as ameaças de que eles são culpados. E também queremos dizer que se o povo trabalhador dos Açores, do campo, das vi-

las e das cidades e do mar não se pronuncia é porque não está ainda organizado para o fazer, é porque não tem jornais nem rádio nem televisão que esteja ao serviço do povo. Se a chamada autonomia é ao serviço dos trabalhadores, do povo trabalhador dos Açores, venha ela. Se é para nos tornar ainda mais escravos, então escusam de falar nela. Autonomia sim, mas para a libertação das classes trabalhadoras dos Açores contra a exploração e contra a miséria».

SOLIDARIEDADE MILITANTE PARA COM OS NUCLEOS DOMES, PARTIDO DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA, QUE PARTICIPARÃO NA CAMPANHA PARA A ASSEMBLEIA REGIONAL DOS AÇORES!

MANOBRAS FASCISTAS DO C.D.S.

O CDS, partido fascista, nesta campanha eleitoral, empregou todos os seus esforços para conseguir meter deputados na Assembleia da República.

Nos Açores o CDS julgou que ia conseguir muitos votos para também meter lá alguns deputados que defendessem os capitalistas açorianos. Mas, pelo distrito de Angra do Heroísmo, não fez mais do que «roubar» um deputado ao seu primo PPD, filho de irmãos.

Como precisavam de bastante propaganda para enganar o povo o senhor — piloto de barra — falou com o comandante do N/M «Cedros» para trazer uns embrulhos de graça.

Tudo combinado, no porto de Lisboa aparece uma camioneta com 25 volumes com 500 kg de propaganda para embarcarem de graça. Graças aos estivadores de Lisboa, que denunciaram logo esta manobra, a carga só embarcou depois de ter sido emitido na CTM um conhecimento de embarque para pagarem o respectivo frete.

Depois então vem para cá o CDS dizer que as empresas estão a dar prejuízo e que o nosso País está no caos. Pois são eles próprios a tentar levar as empresas à falência com estas e outras piores.

OS CANDIDATOS DO M.E.S. POR ANGRA DO HEROÍSMO

1. Francisco Eugénio Ferreira Corvelo, torneiro mecânico — 32 anos
2. Francisco Sabino dos Santos Freitas, desenhador — independente — 35 anos
3. António da Ponte Morais, operário Fabril (alvo de saneamento à esquerda na onda de violência reaccionária que assolou os Açores no verão passado) — 54 anos
4. José da Silva Brasil, pescador — 27 anos
5. Rosa Pimentel Freitas Lima, estudante — 19 anos
6. José Gaspar Rosa de Lima, escriturário, membro da Comissão de moradores do Bairro Novo de S. Mateus — 20 anos
7. José Eduardo Silveira Pimentel, pescador — 26 anos
8. José Henrique Correia, empregado do comércio — 26 anos

Suplentes:

1. João Leonel Vieira Maranhão, desempregado — 22 anos
2. Maria da Conceição Vieira, doméstica — 22 anos



MADEIRA — COBOR, quem dá uma ajuda?

A indústria de bordados está em crise. Os industriais falam da concorrência e como é hábito, das reivindicações das bordadeiras das fábricas. O sector mais afectado foi o das bordadeiras domésticas que viram diminuir as encomendas sem terem visto aumentar a sua remuneração. Isto fundamentalmente porque, dispersas como estão pela ilha, não lhes tem sido fácil organizarem-se. Para fazer face a esta situação um grupo de 13 mulheres da freguesia da Ribeira Brava lançou-se já no ano passado na organização duma cooperativa de bordados e tapeçarias.

Fomos até lá para nos podermos informar exactamente do que se tratava. Da longa conversa que travámos e que oscilou entre o pessimismo e a esperança apercebemos-nos que algo corre mal nesta cooperativa.

O dr. Fernando Pais que foi o da iniciativa não é uma pessoa ligada à indústria de bordados. Montou-se a Cooperativa com um subsídio de 100 contos do Estado mas de imediato começaram os problemas com a saída do produto. Não havia um mercado regular e tudo se fazia por contactos

do sr. Fernando Pais. Até que há cerca de dois meses as encomendas têm rareado e neste momento as bordadeiras põem a interrogação sobre a sua subsistência no próximo mês. Das 13 iniciais, uma emigrou para França e quatro já não trabalham na cooperativa. Até aqui sempre as bordadeiras foram tremendamente exploradas: trabalhando em casa tanto ou mais do que ali, ganhando: à volta de 500\$00 por mês. Mas neste momento também a sua situação não se apresenta como brilhante. Manter a cooperativa obrigou a despesas: começaram a pagar-se de 1500\$00 por mês e neste momento 1000\$00, e para o fim do mês? Foi essa a angústia que lhes vimos.

Com quase 100 contos de bordados e telas excelentemente executadas sem saída a COBOR necessita de quem lhes mostre o trabalho.

As bordadeiras sentem-se desamparadas. Notam agora que na criação da cooperativa houve erros: a não existência de um desenhador e de uma pessoa ligada ao mercado de bordados (interno e externo). Mas também nos apercebemos que as bor-

dadeiras da COBOR não estão a par das diligências feitas pelo dr. Pais e muitas vezes lhes entregaram trabalhos sem saberem o seu destino. Deste modo nunca tiveram qualquer controlo sobre as vendas, o que as pôs à mercê desse senhor.

Ora o dr. Pais parece querer abandonar a cooperativa, e a verdade é que estas mulheres não se sentem capazes (porque nunca o fizeram sem ter quem as oriente) de montar toda a máquina de propaganda de mercado, mesmo interno, e que sendo o bordado e tapeçaria comprado por turistas têm de levar-se

o produto e esses compradores e aí a COBOR tem vantagens: apresenta um trabalho mais bem executado e preços muito mais baratos.

Da longa conversa que travámos com estas bordadeiras, resumimos aqui as suas preocupações. Acreditando com todas as forças na cooperativa quando a fundaram, vêm-se agora numa situação difícil.

Estas trabalhadoras precisam vender o produto do seu trabalho. Alertamos os leitores militantes do poder popular para isso.

ALGUÉM QUER DAR UMA AJUDA À COBOR!



Na Madeira, talvez a direita não tenha tanta força como se pensa...

VIANA DO CASTELO

Miguel Peres está solto porque todos se uniram!

Pescadores e operários dos estaleiros de Viana do Castelo lutaram ombro a ombro pela libertação de Miguel Peres, delegado sindical dos pescadores, mandando prender pelo «capitão do porto» a quem não agradou que o Miguel defendesse os interesses dos trabalhadores da sua classe.

A União dos Sindicatos de Viana descreve assim o que se passa:

«O sr. Silva Dias (o sr. comandante) devia estar, às 14.30 horas conforme sua convocatória, no cais onde se encontrava um grupo de pescadores para que, todos, fossem vistoriar o local onde se encontravam lançadas as redes da pesca ao sável de vários barcos desta ribeira. O sr. comandante tardou cerca de uma hora. O Miguel telefonou-lhe da Lota, lembrando-lhe as horas que havia marcado, comunicando-lhe a situação de ansiedade em que se encontravam os interessados na vistoria. Após a comunicação telefónica surgiram no Cais dois marinheiros que intimaram o Miguel a comparecer na Capita-

nia. O Miguel aceitou educadamente a intimação e fez-se acompanhar dos interessados na vistoria. Chegados à Capitania. O sr. comandante recebe o Miguel, recusando a presença dos seus acompanhantes. O objectivo desta manobra foi isolar o Miguel, foi retirar-lhe testemunhas que lhe possibilitassem a defesa para uma já premeditada ordem de prisão.»

Na tarde do dia 15 o Miguel saiu da prisão, mas sujeito a comparecer na segunda-feira 17 de Maio na capitania para responder a inquérito por defender, como delegado sindical, os interesses dos trabalhadores.

A solidariedade dos seus companheiros foi imediata. O Sindicato dos Pescadores de Viana fez sair um comunicado em que mobilizava toda a classe para comparecer no dia 17, às duas horas da tarde, embora seja hora de trabalho, no Largo da Capitania, para apoiar o Miguel.

Dizia o comunicado: «Vamos todos — gente do mar — homens e mulheres, que queremos ser livres e respeitados,

dizer ao senhor comandante que exigimos a libertação imediata — sem condições — do Miguel Peres e que precisamos de um senhor comandante que se identifique com o povo trabalhador do mar; um senhor comandante que nos ajude a avançar na resolução dos nossos problemas — que são muitos — e que afligem a nossa classe; um senhor comandante que em vez de tentar calar-nos com a prisão, saia à rua, viva connosco e ouça a nossa voz».

Mas a solidariedade dos trabalhadores de Viana não ficou por aqui.

Os operários dos estaleiros de Viana não ficaram indiferentes. Formou-se logo uma comissão de luta tendo-se os operários juntado aos pescadores no apoio ao Miguel, por compreenderem que só com o esforço de todos é possível levar de vencida o inimigo de classe.

O comunicado da comissão de luta dos trabalhadores do ENUC convocava os operários para o Largo da Capitania:

«Camaradas, na semana passada, o sr. capitão



da Capitania mandou prender um camarada pescador, pelo simples facto deste ter dito que, os pescadores debiam de ser lacaios do sr. capitão do porto».

«Camaradas, hoje, segunda-feira, às 2 horas da tarde, o nosso camarada pescador vai ser julgado na Capitania, perante um inimigo do povo de Viana.

«Camaradas, perante isto que está a acontecer pedimos a todos os antifascistas e revolucionários destes estaleiros

para impedirem o julgamento fantecho deste pescador dirigente sindical.

«Camaradas, hoje é um sindicalista pescador, amanhã será um da tua empresa. Não podemos ficar impassíveis perante acontecimentos desta natureza».

Deste modo quando o Miguel se apresentou na Capitania, para ser sujeito a inquérito, era acompanhado por cerca de 5500 trabalhadores, entre operários e pescadores.

Perante esta manifestação de força e determinação dos trabalhadores de Viana, o capitão do porto achou por bem rever a sua posição, antes que se arrependesse... Depois de conversações com delegados sindicais, concordou em anular o inquérito.

Mais uma vez ficou demonstrado que os trabalhadores, quando unidos e organizados, têm uma força imensa.

Miguel Peres está solto, e sem qualquer queixa sobre ele!

SANIMAR Vai bem a "jovem democracia portuguesa"?

«No que respeita à boa disposição que está a notar, essa disposição não resulta de uma situação conjuntural. Resulta, fundamentalmente, da confiança que temos em que a democracia portuguesa se está a consolidar e vai prosseguir», (palavras de Cunhal ao jornalista do «Diário de Lisboa» quando este perguntou a que se devia a boa disposição daquele à saída de uma entrevista com Ralinho Eanes).

A «jovem democracia portuguesa» está bem, muito obrigado. Que o digam os 17 trabalhadores da Textil Manuel Gonçalves que estão suspensos e que o patrão quer mandar para a rua contrariando a própria lei burguesa que não permite despedimentos colectivos; que o digam os 243 trabalhadores das confecções MS cujo ex-patrão ameaça de morte e agride os trabalhadores à luz do dia sem que na-

da lhe aconteça (este senhor é o mesmo que «limpou» 3 mil contos da empresa, ameaçando o tesoureiro com uma pistola e que certamente já os tem posto a render em Espanha de onde regressou após o 25 de Novembro); que o digam os chapeleiros de S. João da Madeira que, ao acabarem a greve, tem já 2 fábricas em «lock-out».

Que o digam os 260 trabalhadores da Sanimar divididos em duas facções, 160 que apoiam a ex-CT e 100 que apoiam uma autodenominada comissão de luta constituída por administrativos, chefes e outros lacaios do patrão, de quem pretendem o regresso e a cujas ordens obedecem.

A Sanimar reabriu as portas que tinham sido seladas na sequência de um longo processo de luta (ver n.ºs 34 e 36 do «Poder Popular»). Esta reabertura significa, à primeira vista, uma derrota dos trabalhadores

progressistas e da sua vanguarda, a comissão de trabalhadores que agora é dissolvida. No acordo que a ex-CT assinou com os representantes dos ministérios e com a comissão de gestão, os trabalhadores abdicam de muitas das suas conquistas e reivindicações:

— Desaparece a CT, iniciando-se uma comissão paritária com 2 elementos de cada «facção» que irá dinamizar todo um processo de escolha democrática de estatutos e de eleição da CT;

— Os trabalhadores aceitam a comissão de gestão nomeada pelo Governo nas suas costas e que na primeira comunicação de serviço apela «ao esforço de todos os trabalhadores» para uma «eficaz recuperação económico-financeira»; isto é, quer que sejam os trabalhadores a pagar o preço da crise em que foram lançados.

Em contrapartida, há

apenas a garantia de não haver suspensões nem inquéritos ao pessoal e de pagamentos dos salários em atraso «no mais curto espaço de tempo».

Os elementos da antiga CT confiam na unidade dos 160 camaradas que os apoiam e impõem-se fazer um traba-

lho de consciencialização junto dos trabalhadores que estejam «ao engano» a apoiar a reacção (CDS'S, PPD's e alguns PS's com ordenados de 25 contos). Aliás, a coesão dos trabalhadores progressistas ficou bem demonstrada com a comparsa da quase totalidade às reuniões

gerais efectuadas. E esta a arma de que os camaradas se poderão de facto, servir, se, por exemplo, o tal «mais curto espaço de tempo» se começar a eternizar. Nessa altura é preciso lutar e na luta é que se vê quem é progressista, quem está do lado dos explorados.

CORTICEIROS DE PORTALEGRE

Foi eleita para o Sindicato dos Corticeiros do Distrito de Portalegre a Lista B Por um sindicato forte, combativo, controlado por todos os trabalhadores

A nova Direcção, que se propõe unir e organizar os trabalhadores na luta contra a exploração, adopta os seguintes princípios:

— pelo sindicalismo de classe

(É a luta de classes que move a História. Cabe ao Sindicato, como órgão representativo dos trabalhadores, defender os seus interesses nesta luta que só acabará com o fim da exploração do homem pelo homem);

— pela unicidade (Defendemos a Central Sin-

dical única, para evitar que os trabalhadores se encontrem divididos);

— pela democraticidade

(Mas a unicidade só, não basta. É necessário que se pratique dentro do sindicato a mais ampla democracia — é preciso garantir a livre expressão e discussão de todos os problemas);

— pelo apertadismo e arreligiosidade, pela independência face ao Estado;

— pelo anticapitalismo;

— pelo anti-imperialismo;

— pelo controlo operário da produção (Em cada empresa os

trabalhadores deverão saber como produzem, porque produzem e para quem produzem, saber de onde vêm as matérias-primas, como se comercializam e porque canais passam os produtos acabados, e implicam a consulta dos livros de contas e de todos os papéis, bem como a quebra do sigilo comercial e ainda e sobretudo uma firme vigilância revolucionária.)

O seu programa de acção comporta sobretudo a eleição e formação de delegados sindicais, a realização periódica de assembleias e reuniões de delegados, o lançamento de um jornal interno, a verticalização do sindicato e o melhoramento dos seus serviços.

OTELO PARA PRESIDENTE!

O movimento popular de apoio à candidatura de Otelo é já um dado poderoso para o período que se aproxima. Período esse que terá de caracterizar-se por uma decidida acção de unidade popular que possibilite aos trabalhadores a passagem de uma fase defensiva a uma fase ofensiva, preparando a passagem de um período de refluxo do processo revolucionário em Portugal para um outro em que a iniciativa esteja, em todos os casos, do lado dos trabalhadores.

Isto é, este período eleitoral que se avizinha, terá de ser um meio para os revolucionários, a classe operária e o povo, criarem as condições que permitam ultrapassar uma fase de recuo e transformar uma situação desfavorável numa nova e mais favorável, relançando a ofensiva contra a burguesia que, vitoriosa em 25 de Novembro, vem desde aí, tentando destruir todas as conquistas dos trabalhadores.

É desta maneira que terá de ser encarado o combate em torno de uma candidatura de unidade popular, combate esse, portanto, que não acabará no dia das eleições presidenciais. Estas serão apenas a primeira batalha, de uma série de muitas outras, que os trabalhadores terão de levar a cabo congregando as suas próprias forças contra todos os que os oprimem e exploram.

A candidatura de Otelo é uma candidatura de unidade popular porque não é uma candidatura de um ou mesmo de vários partidos, mas é sim a de todos os explorados, de todos aqueles para quem o 25 de Abril foi uma alvorada de esperança, e o 25 de Novembro foi um dia negro de derrota e de traição.

A candidatura de Otelo é isso mesmo — a candidatura do 25 de Abril, contra Eanes, o do 25 de Novembro.

Assim, Otelo não divide o povo! Candidatura divisionista, partidária e de confusão é, essa sim, a que o PC apresenta na pessoa de Octávio Pato. Com ela não se pretende mais do que desligar as bases deste partido da unidade em torno de Otelo, para as manter a reboque da tática suicida da maioria (inexistente) de esquerda.

A certa altura, no plenário do LNEC, foi apresentada e logo aprovada por aclamação uma moção em que se pedia a comparencia de Otelo. A comissão que foi contactá-lo regressaria, algum tempo depois, sem Otelo, mas com uma mensagem escrita pelo seu punho que dizia o seguinte:

Amigos e camaradas:

Estando proibido, sob pena de regressar a Santarém debaixo de prisão, de participar em comícios, reuniões manifestações, etc, não posso, com pena, comparecer no plenário que está a decorrer no Laboratório Nacional de Engenharia Civil. Pelos companheiros que agora são portadores desta minha mensagem, tomo conhecimento do extraordinário calor e entusiasmo com que decorre o plenário. Um obrigado, com um abraço amigo a todos vós, pela confiança que, apesar de todas as minhas hesitações e contradições ao longo do processo, vocês continuam a depositar em mim.

«De minha parte — podem crer que estou inteiramente convosco, do mesmo lado da barreira, na tremenda luta de classes que se desenvolve no País desde 25 de Abril de 1974.

«E uma vez mais as eleições para

UNIDADE PARA LUTAR

A mobilização popular está em marcha. Os primeiros passos nesse sentido estão dados. O movimento de apoio a uma tal candidatura, o movimento popular que exige a candidatura de Otelo, foi nascendo, consolidou-se e é já uma realidade poderosa.

Demonstrou-o a reunião do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, onde centenas de trabalhadores de todo o país, muitos deles em representação dos seus órgãos de poder e de luta relataram a onda de entusiasmo que por todo o lado a ideia da candidatura de Otelo vem desencadeando. Aí se exigiu que Otelo assumisse as suas responsabilidades como homem do 25 de Abril aceitando a candidatura que as massas populares lhe impõem.

Assim, foi já possível à Comissão Nacional para a candidatura de Otelo afirmar em conferência de imprensa, na última sexta-feira, estarem plenamente preenchidas as condições consideradas necessárias para o lançamento da candidatura, sejam elas políticas, jurídicas ou burocráticas.

Quanto a este último ponto, as dezenas de milhares de assinaturas recolhidas em fábricas e empresas são uma confirmação do entusiasmo que se gera à volta da candidatura de Otelo.

Não tem também faltado quem especule acerca da possível inelegibilidade de Otelo. Fizeram-no vários jornais, fê-lo Eanes. Porém tais expedientes não passam de «poeira para os olhos», visando desmobilizar o crescente entusiasmo popular. Nada na lei ou na Constituição permite dúvidas quanto a este ponto.

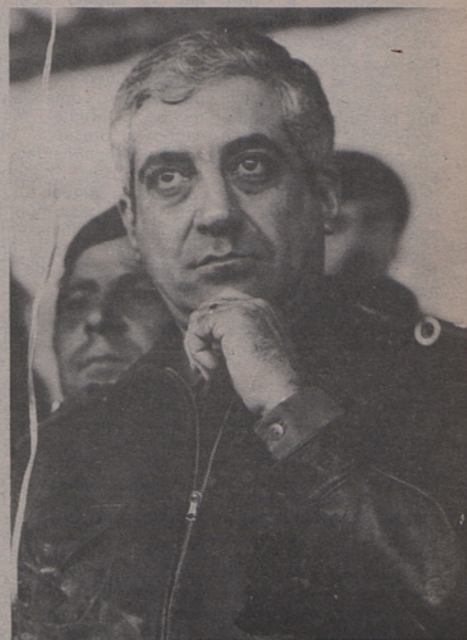
Assim, a candidatura de Otelo é já uma realidade, que irá contribuir poderosamente para desenvolver a unidade dos trabalhadores, na base, contra o seu inimigo de classe; que permitirá unir e mobilizar para as duras lutas que se avizinharam.

Cumpramos fazer desta campanha eleitoral um momento alto na luta de todos os explorados, contra o fascismo, pelo poder popular.



No Plenário do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, centenas de trabalhadores de todo o país deram conta da onda de entusiasmo e adesão que, por todo o lado, a candidatura de Otelo desencadeia

a Presidência vão demarcar perfeitamente os dois campos em luta. Vocês todos devem ter consciência plena de que esta luta vai ser muito, muito dura. A partida, a classe dominante no Poder tem tudo a seu favor: o aparelho de Estado que domina, o poder financeiro dos grandes partidos burgueses eleitoralistas, o poder que lhe vem dos órgãos de Informação que controla na quase totalidade. Tudo isso constitui para a classe trabalhadora, explorada, do nosso país, para os humildes e os oprimidos, um imenso desafio. Vamos aceitá-lo, lutemos pelo êxito e a vitória sorrir-nos-á.»



Com 39 anos de idade. Nasceu em Lourenço Marques (actual Maputo) e veio para Portugal com 19 anos.

Realizou comissões de serviço em Angola e Guiné de onde regressou em 1973.

Promovido a major em Novembro de 1973.

Depois da sua acção decisiva no derrube do regime fascista, em 25 de Abril, foi graduado em brigadeiro em 13 de Julho de 1974, como comandante-adjunto do COPCON, (o comandante era o general Costa Gomes — CEMGFA) e o comandante da R. M. de Lisboa.

Daqui em diante, a história do COPCON é a história de Otelo S. Carvalho. É também parcialmente a história do Poder Popular em Portugal.

No 28 de Setembro, Otelo foi detido em Belém; a acção dos milicianos e dos soldados altera a correlação de forças militares na Região Militar de Lisboa.

As massas e os soldados nas barricadas em Lisboa e por todo o País infligem uma derrota às forças fascistas e obrigam a demissão de Spínola. A acção do COPCON na condução das forças militares presentes nas barricadas é decisiva.

No período até ao 11 de Março, as unidades do COPCON distinguem-se especialmente nas campanhas de dinamização cultural e é neste período que se inicia a democratização da vida interna das unidades.

Com o 11 de Março, o COPCON passa a ser um órgão de poder político-militar progressista. Ele é a materialização da unidade entre os soldados, sargentos e oficiais progressistas e a luta do povo. Ao longo do processo revolucionário até ao golpe reaccionário do 25 de Novembro, o COPCON constitui efectivamente um apoio e ao mesmo tempo uma alavanca da luta popular desencadeada nas fábricas, nos bairros, nos campos, contra a exploração e a opressão do



A Comissão Nacional para a candidatura de Otelo confirmou, em conferência de Imprensa: — «estão reunidas todas as condições políticas, jurídicas e burocráticas para que Otelo Saraiva de Carvalho apresente a sua candidatura à Presidência da República»



O CANDIDATO DO 25 DE ABRIL

ORGANIZEMOS GRUPOS

DINAMIZADORES DE UNIDADE POPULAR

A candidatura do general Otelo não pode ser encarada por nós como uma simples campanha eleitoral.

Para o povo trabalhador a resolução dos seus problemas tem que vir das suas próprias forças, do reforço da sua unidade, da sua organização, da sua experiência de luta.

Quando nos organizamos para levar por diante a candidatura do general Otelo, temos sobretudo em mente pôr em marcha uma grande campanha de luta pela unidade do povo trabalhador, do reforço das suas organizações populares de base, de relance das lutas do povo pela defesa dos seus interesses.

Para marcar bem este nosso intento, as organizações que por toda a parte devemos criar para esta campanha, terão a denominação de **Grupos Dinamizadores de Unidade Popular.**

Nestas comissões terão lugar todos os que se disponham a apoiar a candidatura do general Otelo, com ou sem partido, qualquer que ele seja.

As comissões poderão aderir não só os indivíduos, como sobretudo as organizações populares de base, sindicatos, colectividades.

As comissões funcionarão democraticamente e elegerão uma estrutura coordenadora da sua actividade.

O peso relativo dos indivíduos e dos aderentes colectivos (comissões de trabalhadores, comissões de moradores, etc.), será determinado

localmente.

As comissões podem ser não só locais, como também de empresa.

Durante a campanha prevê-se a possibilidade de coordenação entre as organizações populares de base, tendo especialmente em vista o seu futuro desenvolvimento.

No mais curto prazo de tempo devem ser criadas Comissões Distritais em todas as sedes de distrito, que se devem dotar de sede e aparelho técnico de propaganda.

As Comissões Distritais serão ratificadas pela Comissão Nacional e deverão por sua vez ratificar todas as Comissões de Coordenação, a nível de concelho ou equivalente que haja necessidade de criar.

Todas estas estruturas deverão ser democraticamente eleitas quando estiverem reunidas condições para tal.

A Comissão Nacional dotar-se-á de todos os serviços que forem necessários à sua actividade, especialmente de uma secção de fundos que responsabilizará a todos os níveis um tesoureiro que deverá responder pela boa organização e recolha de fundos para a campanha.

A Comissão Nacional promoverá um plenário com representantes eleitos em todo o País para a sua eleição democrática desde que possível.

A Comissão Nacional é especialmente responsável por coordenar a sua actividade com o gabinete do general Otelo, no sentido de lhe prestar todo o apoio necessário à campanha.

Projecto Almeida Santos

A lei da rolha

Ao fim de muitas polémicas e muita tinta gasta acerca da situação da Imprensa estatizada, surge um projecto de reestruturação, para ser discutido em 5 dias (!). O Ministério de Almeida Santos surge assim, em final de mandato, empenhado em resolver de um dia para o outro um problema que se arrasta desde o V Governo.

O projecto invoca (como sua razão de ser) a difícil situação económica do sector. E o que faz para a resolver? Limita-se a fundir 6 empresas, duas a duas. Pensará o ministro que agarrando em seis empresas deficitárias e delas fazendo três, resolve o seu problema económico?

Apesar de a resposta ser obviamente negativa, o projecto adverte que não se justificará a continuação da cobertura dos prejuízos das empresas jornalísticas pelo que «o Governo não poderá deter-se perante a necessidade de pôr termo a algumas publicações ou mesmo à liquidação de algumas empresas».

O preâmbulo do decreto afirma ainda que «haverá que extrair algumas consequências legais da declaração em crise do sector da Imprensa estatizada, impondo aos trabalhadores alguns sacrificios excepcionais. Simultaneamente prevê-se indemnizar os capitalistas das empresas jornalísticas a nacionalizar!»

REFORMA FERREIRA DA CUNHA
Iniciada à bomba na Rádio Renascença

Mas o verdadeiro objectivo deste diploma está longe de ser a resolução de problemas financeiros. Ele só pode ser entendido à luz do «Plano Almeida Santos».



plano aliás que mais mereceria chamar-se Ferreira da Cunha, o verdadeiro dono da comunicação social (que os órgãos estatizados, mais os de direita, ainda há pouco ilibaram insistentemente de ter pertencido a qualquer Pide ou superpide).

Este plano começou a ser aplicado, à bomba, na Rádio Renascença. O 25 de Novembro permitiu o controlo da TV, bem como a ocupação do Rádio Clube Português e a criação da Radiodifusão Portuguesa, suporte dos ultralivres e democráticos noticiários únicos.

Na Imprensa deu-se o encerramento do República. Pretende-se agora atingir os poucos jornais que restam e que não se têm até aqui prestado às bem orquestradas manobras de desinformatização ao serviço do VI Governo e dos partidos que o dominam — são eles fundamentalmente o «Diário Popular», o «Jornal de Notícias» e o «Jornal do Comércio».

CONTROLO BUCROCRÁTICO E TOTALITÁRIO

O projecto abre caminho a um controlo estreito

GRAFONOLA MONOCÓRDICA...

A célula do MES de «O Século» denuncia vigorosamente mais esta manobra do Ministério de Almeida Santos que visa o controlo pelo Governo de todos os órgãos estatizados.

Aquilo que ontem era denunciado como «terror gonçalvista» é hoje aplicado como obra-prima do pluralismo democrático.

Os trabalhadores estão atentos.

Os trabalhadores da informação, juntamente com todos os trabalhadores explorados deste País saberão responder aos projectos que visam devolver a informação à função que desempenhou durante 48 anos: **grafonola monocórdica de propaganda das «verdades» do poder!**

CÉLULA DO MES DE «O SÉCULO»

to dos órgãos estatizados por parte do ministro (escapa deste projecto o «Diário de Lisboa» — por quanto tempo? ou à sombra de que compromissos?). Curiosamente, mas sem surpresa, os que gritavam há algum tempo contra o controlo burocrático pelo Estado surgem agora a aplicá-lo em termos totalitários. Na Informação como no resto... mal se sintam com forças para isso.

Vejamos alguns pontos deste projecto antidemocrático, que confirmaram claramente o que afirmamos.

Nele se estabelece que os órgãos das empresas são o **conselho de gerência, a comissão de fiscalização e o conselho de informação.**

Os órgãos de fiscalização e de gestão «têm o dever de informar oficialmente o ministro da Comunicação Social sobre os factos mais relevantes da vida da empre-



sa, nomeadamente os consistentes em violação das leis ou do disposto no presente estatuto, bem como o de lhe prestar as informações e os esclarecimentos por ele solicitados». Os membros do conselho de gerência são nomeados pelo Governo, sob proposta do ministro da Comunicação e os membros do conselho de fiscalização são nomeados por despacho conjunto dos ministros da Comunicação e das Finanças, devendo um deles ser indicado pelos trabalhadores da empresa.

Finalmente, uma invenção ridícula e falsamente pluralista consiste na criação de miniparlamentos aos quais cabe assegurar a orientação do jornal:

«O conselho de infor-

mação é constituído por representantes indicados pelos partidos políticos com assento na Assembleia da República, os quais indicarão um por cada quinze deputados eleitos, com o mínimo de um por cada partido».

Desta forma, em nome do pluralismo se consegue precisamente o contrário, visto que os conselhos de informação dos vários jornais terão composição semelhante...

Das deliberações destes 3 órgãos cabe recorrer apenas para o ministro da Comunicação Social.

O conselho de informação tem ainda funções disciplinares, podendo propôr ao conselho de gerência a instauração de procedimen-

to disciplinar contra qualquer trabalhador que, em seu entender, se comporte em termos de frontal desrespeito pela orientação definida pelo conselho».

Como se vê, tudo isto atenta gravemente contra a liberdade de informação, e condiciona gravemente a possibilidade de informar.

Por isso os trabalhadores do sector em numerosos plenários e tomadas de posição, têm repudiado energicamente este projecto.

A luta por uma informação livre deve unir todos os revolucionários e antifascistas.

Digamos não ao controlo da Imprensa pelo Governo burguês!

Por uma informação ao serviço das lutas das massas trabalhadoras.

depoimento de um trabalhador do «Diário Popular»

O caso do Diário Popular é, por muitos, considerado especial.

Como empresa, como jornal, é um caso a distinguir. Os seus trabalhadores têm consciência — fácil — de quanto contribuíram para o «Estatuto de Dignidade» adquirido pelo jornal, e para a independência económica que a empresa foi adquirindo.

A palavra a um trabalhador — jornalista, do «Diário Popul...»:

É A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA DA IMPRENSA

— É evidente que o «Diário Popular» tem condições específicas. É, talvez, o único jornal que demonstrou a possibilidade de um jornalismo isento de partidarismos, é, com certeza, a única empresa da Imprensa que, em Portugal, pode reclamar a condição de ter viabilidade económica. É flagrante: pós-25 de Novembro, o «Diário Popular», cujos órgãos sociais permaneceram inalteráveis — aumentou a tiragem, aumentou a publicidade, consolidou, enfim, um estatuto de intocabilidade. E posso dizer com orgulho — porque também o faço — foi o único jornal do país que, com um mínimo de dignidade, cumpriu a missão de informar, e garantiu ao nosso povo o direito de ser informado.

A partir daqui, nós podemos, sem dúvida, analisar o «projecto» de fusão em termos do «Diário Popular»: querem-nos (quer o

ministro...) atirar para cima uma empresa que, economicamente, é um «caos». Ora, é óbvio, pela solvência que apresentamos, e porque o decreto não acarreta nenhuma solução, nós, «Diário Popular», nós, trabalhadores, negamos. Dizemos um rotundo e categórico NÃO!

Mas, é claro, esta manobra do ministro Almeida Santos não visa, só, o «DP». Ela tem um primordial peso político: é a aplicação do já repudiado e oportunamente denunciado «projecto» de reestruturação da Imprensa estatizada (leia-se «projecto» de recuperação capitalista aplicado à Imprensa). E aqui, nós funcionamos como trabalhadores da Imprensa, como jornalistas, tipógrafos, contínuos, motoristas, mulheres da limpeza, não do «Diário Popular», mas de um jornal, de uma empresa que sofre um assalto da direita, do capitalismo. E, na verdade, somos obrigados a pensar — pelo menos, eu penso... — que este projecto, e o anterior, que lhe serve

de base, não apareceram por acaso. Não foi por acaso que foram nomeadas determinadas administrações e direcções para o «Século» e «Diário de Notícias» (e, consequentemente, determinadas orientações ideológicas — digo: partidárias). Não foi por acaso que o oportunista (de direita) Sousa Tavares tomou conta da Capital, não desperdiçando uma única edição sem destilar o seu tendencioso («pluralista...») editorial. E a «Capital» baixou a sua tiragem para menos de metade. Não foi por acaso que Manuel Magro (bem conhecido dos trabalhadores do «Diário Popular», que o «sanearam») passou a dirigir o «Século». E o «Século» baixou a tiragem para menos de metade.

Resumindo: não é por acaso que, pós 25 de Novembro, as direcções e administrações dos citados jornais — empresas agudizaram e agravaram as condições que aí já se viviam. Isso demonstraria à saciedade e com exuberância que «a alhada só se desenrascava» mediante a aplicação do tenebroso projecto. E ele aí está. Eliminando a capacidade de intervenção dos trabalhadores (para os órgãos nomeados pelo Governo, os trabalhadores têm o «direito» de eleger... um vogal para a Comissão de Fis-

calização), implicando o controlo partidário (um Conselho de Informação — este é ponto de honra para o dr. Almeida — formado numa base partidária, em proporção à representatividade na Assembleia, e ainda por cima com funções objectivamente «pidescas»), acarretando o desemprego (o célebre — outro ponto que o ministro não abdica — «Quadro de Adidos»).

Nós dizemos NÃO! Para terminar, só um outro aspecto, que temos presente, e é necessário denunciar: o projecto, não é um fim, em si mesmo. Não passa dum meio. O objectivo final, a grande finalidade, é aquilo que os Quinas, os Mellos, os Britos, têm em mente. Fscs, que estão de malas aviadas para regressarem ou, simplesmente, estando cá, comparecem perante um tribunal com um sorriso zombeteiro afivelado, esses, os grandes capitalistas, esses sabem o que pretendem.

Via Almeida Santos, pois. Eles são os seus mestres, os seus donos.

E é a esses que os trabalhadores do nosso país respondem, respondendo a todos os seus defensores, todos os seus lacaios que, aproveitando as marés da (chamaram-lhe) história, do depois do 25 de Novembro, lhes querem abrir as portas.

Operários de Sines obrigaram Azevedo a ouvi-los

Pinheiro de Azevedo prestou grandes serviços à burguesia nacional. À frente do VI Governo, desempenhou papel de relevo na «contenção» da ofensiva popular e revolucionária e na recuperação capitalista a que vimos assistindo desde o 25 de Novembro, sob a batuta de Eanes.

Como recompensa, Azevedo queria novos cargos, pois julga-se «fadado» para a política. Pelo menos recusa-se — afirma-o aos quatro ventos — a «sair pela porta de trás».

Assim, embora ninguém pareça interessado nesta personagem (oh, burguesia, como és ingrata!), o almirante candidatava-se à presidência e afirma, premtório, que não sendo Cristo, concorre para ganhar...

A falta de argumentos que alicerçam tal conclusão, justifica-a pela sua... popularidade!?

A VISITA A SINES NÃO CORREU COMO ESTAVA PROGRAMADA

Enfim, mas vamos ao que interessa:

Não sabemos se para dar ares de popularidade se por deveres de cargo, o almirante foi a Sines visitar as obras ali em curso. Fez-se acompanhar de grande cortejo de jornalistas e preparava-se para, naquele ambiente operário, fazer declarações, nomeadamente sobre a sua futura candidatura.

Só que os trabalhadores de Sines não vão na conversa do almirante, não estando interessados em lhe fazer o jogo.

Aliás os operários de Sines têm muitas razões de queixa acerca das condições em que trabalham — segurança, assistência médica, etc; da exploração de que são vítimas por parte da Vilaminas — empresa concessionária do refeitório e dormitórios; das formas de emprego de mão de obra estrangeira para os lugares mais bem remunerados; do constante aumento do custo de vida etc.

Deste modo, sabendo pelos jornais que o 1.º ministro ia visitar o estaleiro, os operários decidiram o ensino para expor ao almirante os seus problemas que ele, como chefe do Governo tem obrigação de resolver.

«Poder Popular» converteu com vários camaradas operários que narraram pormenorizadamente o que se passou. É esta narrativa que passamos a reproduzir:

«EU NÃO DIZIA QUE ISTO IA ACONTECER?»

Soubemos pelos jornais que cá vinha o P. Azevedo tratar de coisas que não sabemos quais. De

início não estava previsto qualquer encontro com os operários. Mas nós é que resolvemos aproveitar a oportunidade para lhe expor o nosso caderno. Se é 1.º ministro tem por obrigação ouvir os trabalhadores.

Assim tínhamos montado um dispositivo de piquetes ao longo da estrada para o localizar. Não queríamos interromper o trabalho senão quando tivéssemos a certeza que ele vinha.

Finalmente o almirante entrou no estaleiro. Imediatamente um carro percorreu as instalações, avisando os camaradas com um megafone. «Já cá está o 1.º ministro que pouco se tem preocupado connosco». O almirante face a esta recepção, exclamava para o secretário de Estado que o acompanhava — «cu não te dizia que isto ia acontecer?».

Quando os trabalhadores se dirigiram às instalações para onde tinha entrado o 1.º ministro, este dispôs-se a receber a Comissão de Trabalhadores.

«PINHEIRO DE AZEVEDO NÃO SABE TRATAR COM TRABALHADORES»

Quando entrámos, o 1.º ministro convidou os órgãos de informação a retirar-se. Nós opusémo-nos pois nada tínhamos para esconder.

Aliás também a Emisora e a TV acompanhavam o 1.º ministro na sua visita. Porém, quando viram que ela não ia correr conforme estava programado puseram-se a andar e já não fizeram a cobertura. Porque razão?

P. de Azevedo não sabe tratar com os trabalhadores — avança um trabalhador, insistindo que é importante que outros trabalhadores que tenham de tratar com ele saibam disso. «É casca grossa!». Nós já estávamos de pé atrás. A brusquidão do almirante não facilita em nada qual-

quer encontro com ele. Assim, iniciada a reunião, os operários expuseram detalhadamente as suas reivindicações.

PELO PAÍS A INSULTAR OS TRABALHADORES

Quando falámos no congelamento do custo de vida, o homem mudou de cor. Um camarada falou em socialismo. O almirante perguntou-lhe se sabia o que era o socialismo. Respondeu-lhe que sim, «e o senhor, sabe o que é?»... — acrescentou. O almirante



te queria que ele definisse o que era o socialismo ao que o nosso camarada respondeu que definido pelo senhor ministro tinha outro sabor.

O almirante disse então ao operário era idiota, ao que ele respondeu — «idiota é o senhor!».

Os operários, aí, indignaram-se: «afinal o senhor anda pelo país a insultar os trabalhadores? Já nos mandou à merda e agora chama-nos idiotas...».

A ENTREVISTA DUROU MAIS DE 4 HORAS

Mais adiante, o almirante fez uma longa dissertação a explicar que as coisas não se resolvem de repente, afirmando que os trabalhadores serão submetidos a provações durante dois anos, pois se nesse prazo os problemas não forem ultrapassados a revolução está perdida.

Fizémos-lhe notar

que a causa é manterem-se os privilégios, e por culpa do Governo que ele dirige.

A certa altura, aproveitando uma pausa na conversa, levantou-se, dispendo-se a abandonar a sala, afirmando-se muito satisfeito com aquela troca de impressões.

A malta indignou-se: «Que é isto? Não sais daqui à papo seco? Vamos no ponto 5.º e ainda faltam mais quatro. Tens de nos ouvir até ao fim!».

A entrevista viria a durar cerca de 4 horas.

BREVE

Os óculos escuros de Ramalho Eanes

A burguesia escolheu o seu candidato: Ramalho Eanes. No entanto os jornais de direita têm-se mostrado bastante preocupados com o seu aspecto sinistro. Dizem que o aspecto não condiz com a realidade: que Eanes «é um exemplar chefe de família» «humano», «católico» etc. É chegam ao ponto de aconselhá-lo a disfarçar aquela cara de pau com um sorrisinho de vez em quando para as câmaras da TV ou para as fotografias de jornais... e, principalmente, a tirar aqueles óculos escuros que assustam as massas populares e mais fazem lembrar um general da América Latina.

No entanto, parece que Eanes insiste inapelavelmente nos óculos escuros... Que recusa terminantemente ceder a pressões...

Há quem diga que aqueles misteriosos óculos têm uma função bem precisa... Esconder o monóculo...

Mas há também quem diga que não...

PCP recolhe assinaturas para "candidato-fantasma"

Durante os dias que antecederam o anúncio público do candidato do PCP, quadros responsáveis desse Partido, em várias empresas, dedicaram-se à tarefa de recolher assinaturas de militantes, de apoio a uma candidatura desconhecida. Com efeito, nas folhas utilizadas para esse fim, o espaço reservado ao nome do candidato proposto estava em branco! Deste modo, os militantes e simpatizantes do PCP, viram-se perante o dilema de serem indisciplinados, ou passarem a si próprios um atestado de menoridade mental, assinando em branco!...

Assim, o ambiente interno ao PCP, já bastante tolidado devido ao facto de numerosos membros desse Partido terem dado apoio à candidatura de Otelo Saraiva de Carvalho, passou por novos momentos de confusão devido a essa estranha forma de recolher apoios, que lembra os peditórios em favor da família do soldado desconhecido...

O debate Freitas-Portela

Numa altura em que na TV não há acesso aos trabalhadores e aos seus órgãos, em que as resenhas semanais (vide este domingo) não incluem nunca as suas lutas, em que os noticiários só falam de políticos, militares e do aparelho de Estado, das suas manobras nas costas do povo; numa altura em que se prepara uma imensa manobra de «reestruturação» ainda mais única da Informação portuguesa, — Freitas do Amaral aparece à vontade em amigável e cortês conversa em família (pois quem não deu conta daquela maneira de mexer as mãos ao falar tal e qual como o seu mestre, Caetano?) com o «provado» Portela Filho.

A História já nos havia demonstrado como nunca o fascismo encontrou qualquer obstáculo intransponível por parte da social-democracia, seja esta «de esquerda» ou não.

E a história repetiu-se.

Carta de um leitor

No «Poder Popular» n.º 41 de 12/18 de Maio do presente ano, na sua pág. 8, sob o título «Que democracia é esta?» foi publicada uma carta de um grupo de trabalhadores da Fábrica de calçado J. Henrique de Oliveira, de Escapões, Vila da Feira, que, depois de relatar a CONDIÇÃO DE ANIMAIS: A QUE OPATIFE DO SEU PATRÃO OS REMETE, num leque que vai do chocante ao revoltante, desfecha dizendo: «Dentro da fábrica há 4 delegados sindicais e um já foi

agredido por pedir os seus direitos, além deste outros já o foram. Por tudo isto pedimos a todos os trabalhadores para se unirem contra os patrões desta classe». Parafrazeando o título de caso para perguntar, **Que trabalhadores são estes?**

Embora não dizendo, os agressores terão sido ou os patrões ou os seus lacaios. Os agredidos não têm sido só os delegados sindicais mas todos os trabalhadores, nas suas pessoas, como seus representantes. Que revolucionarismo encerra o órgão

dos trabalhadores, se aceita sem comentários, perante tal crime, uma reacção que se limita a um pedido lamuriante de união de todos os trabalhadores contra os patrões desta classe?

Que circula nas veias desses trabalhadores se esses miseráveis não têm os braços partidos, numa primeira instância e a vida no «criador» em segunda? O recurso a tal lamúria é tão pouco, como apelar a Deus para nos resolver os problemas.

TAVIRA

"venha quem vier isto não pára"

Em Tavira o operariado está praticamente ausente e os pescadores ligados a artes muito artesanais só muito lentamente vão compreendendo todo o sistema que os explora, por isso a organização popular tem estado praticamente ausente da cidade.

No entanto existe uma organização de moradores pobres, já constituída em associação que tem conseguido avançar na sua luta por uma habitação digna.

Aproveitando um programa do Governo, o projecto SAAL, e a dinamização feita por alguns elementos progressistas da cidade, em Maio de 75 juntaram-se 60 famílias na maioria pescadores, mariscadores, salinheiros e operários da construção civil, que avançaram na formação da Associação de Moradores 1.º de Maio.

Fizemos uma entrevista com alguns elementos da Associação no local onde eles já estão a construir as suas casas e quisemos saber das dificuldades que têm tido e quais os seus planos para o futuro.

Começam por dizer: «... Temos tido muitas dificuldades, temos lutado muito, têm-nos posto várias barreiras pela frente.

... Primeiro escolhemos o terreno da Atalaia para construirmos as nossas casas, mas o presidente da Câmara disse-nos logo que não podia ser...

... Foi o proprietário deste terreno que no-lo indicou, e nós gostámos e ficámos interessados nele. A Câmara queria-nos mandar para a Porta Nova, mas o sr. Rosado (proprietário do terreno onde a Associação está agora) disse-nos várias vezes que nós não fossemos nisso porque a Câmara queria-nos tirar daqui para fora para vender o terreno a pessoas mais ricas (o presidente queria comprar o terreno para fazer prédios de rendimento) Temos tido vários problemas com o presidente da Câmara e outros elementos

da Câmara...

... Isto é uma luta contra o capitalismo...

... Há também alguns elementos de algumas comissões de moradores que estão contra nós, a maior parte da cidade de Tavira está contra isto porque os senhores da terra, os capitalistas, manbram as outras pessoas para as voltarem contra nós.

A expropriação começou há 6 ou 7 meses, o Secretariado das Associações SAAL do Algarve têm ido a Lisboa, têm ido falado com o ministro e «essa coisa toda», e dizem-nos tal dia vai, até hoje ainda estamos à espera, não sabemos quando deverá assinar...»

Devemos esclarecer que a expropriação tem duas fases, uma primeira fase em que o terreno é declarado de utilidade pública, e uma segunda fase em que o terreno passa a ser da Câmara, a posse administrativa não sai, porque o terreno foi avaliado por umas pessoas da Câmara em 3400 contos e o ministro diz que com esse dinheiro não pode haver SAAL...
... Como ele (proprietário) não nos dava água, (ele é o secretário dos Serviços Municipalizados da Câmara) fomos pedir aos bombeiros e tínhamos de lhes pagar 250\$00 por cada camião. Mas o proprietário do terreno que é primo do Zé Filipe (chefe dos bombeiros) disse que os bombeiros não venderam água aqui à gente, o Zé Filipe foi ter com um «chouffe» dos bombeiros e disse para ele não levar mais água.
... Quando terminarmos o bairro (as casas) vamos construir a sede da Associação, um parque infantil e uma cooperativa de consumo...

... Já recebemos 470 contos e agora talvez para a semana esperamos que venha mais dinheiro pois já mandámos todos os papéis para cima...»
É assim lutando contra todas as burocracias das autarquias locais que só entravam as justas lutas dos trabalhadores e moradores, é assim lutando contra os proprietários e demais capitalistas, que os explorados unidos e organizados podem resistir à ofensiva da burguesia defendendo e reforçando o poder popular.

... Contratámos a água, a luz e o telefone para aqui e ele (proprietário) proibiu-nos isso tudo. A início da obra tinha-nos deixado tirar a água da norá, depois foi falar com o advogado dele o dr. Mansinho, e mandou-nos tirar isto tudo e estamos assim nisto...
... Como a Câmara não lhe pagava o proprietário pôs-nos em tribunal para parar a nossa obra, mas se-

gumas dezenas de agentes da PSP com coletes e viseiras encontravam-se no local, bem como dois carros-patrolha. Tinham ordem para desocupar a casa. «Se não vai a bem vai a mal!» dizia o chefe.

As 15,15 deu um quarto de hora dos ocupantes para darem uma resposta.

«A casa é do padeiro. A Câmara confirmou a ocupação e as Comissões de Moradores da zona apoiaram esta decisão. Portanto não se entrega nada» — é a posição unânime.
Surge então uma brigada de intervenção da PSP. Aspecto gorila na farda azul, grandes escudos redondos e cassetes

Desde a manhã de terça-feira, elementos das Comissões de Moradores e muitos populares montavam piquetes para defender a casa.
Duas carrinhas com al-



ja o tribunal seja o que quer que for isto não pára, para nós nem que venha quem vier isto não pára...

... Isto tudo porque a posse administrativa não sai, porque o terreno foi avaliado por umas pessoas da Câmara em 3400 contos e o ministro diz que com esse dinheiro não pode haver SAAL...

... Como ele (proprietário) não nos dava água, (ele é o secretário dos Serviços Municipalizados da Câmara) fomos pedir aos bombeiros e tínhamos de lhes pagar 250\$00 por cada camião. Mas o proprietário do terreno que é primo do Zé Filipe (chefe dos bombeiros) disse que os bombeiros não venderam água aqui à gente, o Zé Filipe foi ter com um «chouffe» dos bombeiros e disse para ele não levar mais água.
... Quando terminarmos o bairro (as casas) vamos construir a sede da Associação, um parque infantil e uma cooperativa de consumo...

... Já recebemos 470 contos e agora talvez para a semana esperamos que venha mais dinheiro pois já mandámos todos os papéis para cima...»
É assim lutando contra todas as burocracias das autarquias locais que só entravam as justas lutas dos trabalhadores e moradores, é assim lutando contra os proprietários e demais capitalistas, que os explorados unidos e organizados podem resistir à ofensiva da burguesia defendendo e reforçando o poder popular.

... Contratámos a água, a luz e o telefone para aqui e ele (proprietário) proibiu-nos isso tudo. A início da obra tinha-nos deixado tirar a água da norá, depois foi falar com o advogado dele o dr. Mansinho, e mandou-nos tirar isto tudo e estamos assim nisto...
... Como a Câmara não lhe pagava o proprietário pôs-nos em tribunal para parar a nossa obra, mas se-

gumas dezenas de agentes da PSP com coletes e viseiras encontravam-se no local, bem como dois carros-patrolha. Tinham ordem para desocupar a casa. «Se não vai a bem vai a mal!» dizia o chefe.
As 15,15 deu um quarto de hora dos ocupantes para darem uma resposta.

«A casa é do padeiro. A Câmara confirmou a ocupação e as Comissões de Moradores da zona apoiaram esta decisão. Portanto não se entrega nada» — é a posição unânime.
Surge então uma brigada de intervenção da PSP. Aspecto gorila na farda azul, grandes escudos redondos e cassetes

Desde a manhã de terça-feira, elementos das Comissões de Moradores e muitos populares montavam piquetes para defender a casa.
Duas carrinhas com al-

CASAL DOS MARCOS

Mais um incêndio num bairro de lata

No Casal dos Marcos, bairro de lata situado em Moscavide, deflagrou um incêndio no passado dia 15, que levou à miséria de 5 famílias que lá habitavam.

Este incêndio, não foi o primeiro e não será o último, caso a situação dos trabalhadores explorados do nosso país se mantenha como até aqui, no que respeita à habitação.

É caso para perguntar, num momento em que todos os partidos responsáveis no Governo falam na defesa da Constituição, a qual garante o direito à habitação para cada família portuguesa, o que têm feito para resolver a situação de milhares de trabalhadores que continuam a viver miseravelmente em barracas que provocam não só incêndios, como doenças e outros malestares. **ATÉ AGORA NADA TEM FEITO!**

Só a unidade e organização dos moradores dos bairros degradados poderá ser a FORÇA que obrigue o Governo antipopular a dar andamento às justas reivindicações já há muito elaboradas e exigidas. Até quando?

Embora as famílias atingidas já estejam a ser auxiliadas pelas Comissões de

Moradores da Zona, a sua situação mantém-se precária. Por isso o «Poder Popular» faz um apelo a todos os camaradas à solidariedade activa para com estas famílias.

Todos os donativos e ajudas possíveis devem ser enviadas para a Av. de Moscavide n.º 6 r/c.



Ninguém fechará o jardim-escola do Sobralinho

Durante longos anos o povo trabalhador do Sobralinho vinha ambicionando dar uma infância mais protegida aos seus filhos.

Assim, logo após o 25 de Abril e com o despertar do poder popular, foi ocupada pelo povo uma propriedade há muitos anos abandonada e nela se concretizou o velho sonho: o Jardim Escola.

Tal como toda a burguesia reaccionária também os proprietários da quinta apareceram agora, após o 25 de Novembro, com as garras já compridas, prontos para destruir todas as justas conquistas dos trabalhadores, utilizando para isso as suas forças repressivas: tribunais e GNR.

E assim como na casa de Entrecampos e em muitas outras, também a desocupação da quinta foi tentada.

Mas o povo do Sobralinho soube opôr-se mais uma vez a esta manobra «mostrando assim que a forma aguerrida como o povo do nosso concelho sempre lutou contra a

opressão jamais será esquecida», não permitindo que fosse consumada a desocupação das instalações que são neste momento o lar e a escola de 70 crianças.

NÃO À DESOCUPAÇÃO DO INFANTÁRIO DO SOBRALINHO!

Núcleo de Alverca do MES — 21/5/76

MOÇÃO

A Comissão de Moradores da Zona III de Alverca tomou conhecimento da resolução assumida no plenário de moradores do Sobralinho na última sexta-feira dia 14, na qual ficou deliberado repudiar a acção de despejo que foi tentado levar a cabo pelas forças repressivas do nosso povo ao serviço da burguesia.

Assim vem esta Comissão expressar o seu total apoio às organizações populares do Sobralinho e ao mesmo tempo repudiar veemente mais esta manobra da reacção.

A Comissão

R. de Entrecampos PSP distribui pancada e devolve casa ao senhorio

No passado dia 17 havia grande agitação na R. de Entrecampos.

Por decisão de várias comissões de Moradores fora reocupado, pela quarta vez, o rés do chão do n.º 56 da R. de Entrecampos, para o devolver ao padeiro da zona, que a ocupou já há meses, na sequência de um incêndio no bairro da Curraleira, onde morava, e que lhe destruiu os parques haveres. Esta ocupação fora legalizada pela Câmara.

Desde a manhã de terça-feira, elementos das Comissões de Moradores e muitos populares montavam piquetes para defender a casa.
Duas carrinhas com al-

gumas dezenas de agentes da PSP com coletes e viseiras encontravam-se no local, bem como dois carros-patrolha. Tinham ordem para desocupar a casa. «Se não vai a bem vai a mal!» dizia o chefe.

As 15,15 deu um quarto de hora dos ocupantes para darem uma resposta.

«A casa é do padeiro. A Câmara confirmou a ocupação e as Comissões de Moradores da zona apoiaram esta decisão. Portanto não se entrega nada» — é a posição unânime.
Surge então uma brigada de intervenção da PSP. Aspecto gorila na farda azul, grandes escudos redondos e cassetes

tes. Desatam a empurrar os populares. Depois de alguns segundos de hesitação, começam a agredir freneticamente as pessoas que se encontram no passeio. Tomam-lhe o gosto... e demonstram eloquentemente a sua eficácia e disciplina.

O Maltês, se ali estivesse, babar-se-ia de orgulho...

E assim foi mais uma vez a casa entregue ao senhorio (que a tivera vazia 3 anos). Os ocupantes foram ainda conduzidos à esquadra.

OS ANTECEDENTES

Esta foi já a quarta intervenção da polícia contra os ocupantes desta

casa (com situação legalizada).

No dia 23/4/76, 6 carrinhas de polícias armados de G3 e gases lacrimogénios, foram desalojar a família agredindo mulheres e crianças, e tendo o senhorio destruído toda a mobília. Em face da forte mobilização popular na zona, a família voltou a ocupar a sua casa.

No dia 6/5/76, quando o ocupante estava na distribuição do pão foi pre-

so, tentando a polícia exercer pressão sobre a mulher para esta abandonar a casa. Mais uma vez a população não o permitiu, sendo o ocupante libertado no dia seguinte.

No dia 13 voltaram ao ataque, levaram toda a família presa e só a libertaram mediante fiança. No dia seguinte o senhorio e a polícia arrombaram a porta da casa e fizeram desaparecer todo o recheio da casa e todo o dinheiro.



ITÁLIA — "maioria de esquerda" para que compromisso?

O presidente Leone, acusado de participação no escândalo Lockheed, dissolveu o Parlamento. O Governo centro-esquerda caiu pela mão do Partido Socialista, e a única maneira de resolver a crise que atravessa a Itália é antecipar as eleições legislativas para Junho de 76.

A partir dos anos 60, particularmente forte depois de 68/69, a sociedade italiana vive em crise quase permanentemente. O movimento operário tomou um novo vigor, sucedem-se as reivindicações, rebentam os conflitos, alastram as greves. Os estudantes, as mulheres, os moradores, os agricultores, os empregados estruturam progressivamente um poderoso movimento de massas à escala nacional: os «Otonos quentes» da contratação colectiva, as greves estudantis, o referendo do divórcio, o boicote às rendas de casa e ao consumo de água e electricidade, etc., etc...

As tres centrais sindicais coordenam as suas acções e os seus cadernos reivindicativos. A burguesia, exprimindo-se partidariamente através do velho aparelho da democracia cristã, perde terreno. A corrupção, a ineficácia, a desorganização e o desequilíbrio avolumam-se.

A esquerda ganha força, credibilidade e votos. Poucas são as grandes cidades de Itália que continuam sob administração democrata-cristã.

Nas últimas eleições municipais o PCI aproximou-se perigosamente da democracia cristã. Crise do Governo, crise das instituições ou crise do sistema?

TRATADO DE TORDESILHAS COM O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

O PCI formula a estratégia do compromisso histórico. Os comunistas são indispensáveis para a resolução da crise, para a estabilização e salvação nacional! O PCI incita a democracia cristã a convidá-la a fazer parte do Governo. A DC resistiu! O PCI persiste!

O último congresso da DC, elege por 51 por cento um partidário do «compromisso histórico». Berlinguer torna-se o político mais popular do país. Pouco tempo depois, Amintore Fanfani, o velho direitista fanático do intrínseco anticomunismo é eleito presidente do Conselho Nacional da DC.

Preve-se uma maioria de esquerda para o PCI, PSI e extrema-esquerda. Mas Berlinguer afirma que não se pode governar a Itália com 51 por cento dos votos. O reformismo convida a burguesia ao compromisso histórico. Porque é a única alternativa capaz de gerir uma economia em crise.

Como explicar as «contradições» da estratégia dos PC's europeus? O que faz Cunhal ser «estalinista», Carrillo «social-democrata», Marchais «unitário» e Berlinguer «comprometido»?

Qual a influencia e a direcção da estratégia da URSS para a Europa do Sul? Que tratado de Tordesilhas com o imperialismo norte-americano?

Certo é que Cunhal aprendeu com os partidos irmãos.

A «maioria de esquerda» nasceu aritmeticamente em Portugal e espera o triunfo político no estrangeiro para conseguir ser exigida posteriormente em casa.

Apesar do namoro do PCI, a crise italiana não se resume a uma desconfiança nas pessoas e nas instituições. O mal estar e a revolta são generalizadas. A crise das instituições é sintoma da incapacidade da burguesia em assegurar, através do aparelho de Estado tradicional, a sua dominação de classe. A crise económica, como ensinava o ABC do marxismo, atravessa o social e atinge o político.

Contudo, hoje em Itália, pouco se fala em revolução. A «maioria de esquerda» é «slogan» da moda. E, um pouco curiosamente, toda a gente parece acreditar na sua viabilidade. O PCI, como partido responsável, exige responsabilidade no Governo do país. A esquerda revolucionária combate o compromisso histórico e luta pelo Governo de esquerda.

ALTERNATIVA ELEITORAL DE ESQUERDA

A democracia Proletária (que agrupa o

PDUP, a AO e o MLS) propõe a intervenção eleitoral.

A LC apresenta uma proposta de listas únicas da esquerda revolucionária. O processo de fusão do PDUP com a AO faz progressos. Mas há divergências claras no seio do PDUP sobre o ritmo dessa fusão. O grupo oriundo de «Il Manifesto», cujas reticências são mais notórias, insiste na necessidade de clarificação perante a proposta unitária da LC. Perante a pressão da AO e do movimento de classe, o PDUP concorda em que a Democracia Pro-

letária promova candidaturas únicas com LC, embora com autonomia de intervenção eleitoral, dadas as profundas divergências políticas entre a DP e a LC. A esquerda revolucionária italiana conseguiu em período de ofensiva o que a UDP, a FSP, o PRP e o MES não conseguiram em período de resistência.

Só que parece claro que a «FUR» italiana para as eleições, não é o terreno para a construção do partido revolucionário. Se a alternativa eleitoral está formada, parece claro que, peran-



Só o movimento da classe operária e das massas populares poderá garantir a ultrapassagem dos limites estreitos do reformismo conciliador.

te a eventual vitória da esquerda nas próximas eleições, só o movimento da classe operária e das massas populares poderá garantir a ultrapassagem dos limites estreitos do reformismo conciliador, para contribuir para a formação e afirmação da vanguarda de classe, que saiba dirigir o proletariado para a revolução socialista.

NOTAS: — PCI — Partido Comunista Italiano; PSI — Partido Socialista Italiano; DC — Democracia Cristã; DP — Democracia Proletária; PDUP — Partido de Unidade Proletária para o comunismo; AO — Avanguardia Operária; MLS — Movimento dos Trabalhadores para o Socialismo; LC — Lotta Continua.

O capitalismo europeu satisfeito com a evolução em Portugal...

O rumo que o Movimento Popular imprimiu ao processo político iniciado com o 25 de Abril, pos em panico as potências imperialistas. Não apenas pelo significado económico, mas sobretudo pelo mau exemplo que constituiria relativamente ao proletariado do Sul da Europa, era inadmissível para as potências capitalistas da Europa e da América que em Portugal o Povo tomasse conta do Poder.

Todos tivemos conhecimento, e sentimos, o boicote económico, as campanhas caluniosas da Imprensa, as manobras da NATO junto à costa, que embora afirmando-se sempre estavam «previstas há muitos meses», coincidiam curiosamente com os momentos mais agudos de crise. Não podemos esquecer as pressões económicas, políticas e diplomáticas que estes países desenvolveram contra o nosso país quando a ofensiva popular punha na ordem do dia a luta pelo poder e pelo socialismo.

Mas até onde estariam dispostos a ir, estes extremos defensores das «não-ingerências» e «coexistências pacíficas»?

Hoje, mais sossegados após o golpe contra-revolucionário de 25 de Novembro, os senhores do capitalismo europeu falam mais à vontade. São muito significativas as declarações recentemente feitas por Bruno

Kreisky, chanceler social-democrata austríaco e grande amigo de Soares, a quem não tem faltado com apoio. Diz ele:

«Durante os acontecimentos ocorridos em Portugal recebeu-se mais de uma vez intervenções estrangeiras. A situação foi delicada porque as frota das duas super-potências cruzavam o Mediterrâneo e os movimentos de navios perto da costa portuguesa poderiam, sem sombra de dúvida, ter influenciado consideravelmente a marcha dos acontecimentos neste país». E mais adiante: «o equilíbrio de forças na Europa tornou possível evitar uma intervenção armada em Portugal».

Ficamos assim a saber que as tropas da NATO por pouco não intervieram no nosso país. E também que hoje esse perigo passou e que a Europa está disposta a não interferir com a democracia portuguesa...

O que significa isto?

Muitas coisas:
1.º — Que o imperialismo continua a não hesitar em ir até à intervenção militar em pais estrangeiro quando a luta dos trabalhadores põe em questão a ordem capitalista;

2.º — Que as sociais democracias europeias estão, de acordo, apoiando ao menos tacitamente, pelo silêncio, estes métodos;

3.º — Que o golpe de 25 de Novembro e a posterior «maioria de es-

querda» — como teimaram em chamar-lhe — obtida nas eleições para a Assembleia da República sossegou dos cuidados em que andavam o imperialismo ianque e o subimperialismo europeu.

TAMBÉM A NATO

Não são menos significativas as recentes declarações de Joseph Luns, secretário-geral da Nato, Santa Aliança do Imperialismo Yankee: «com o resultado das eleições em Portugal, conhecendo a personalidade e o pensamento de quem parece reunir mais probabilidades de vir a ser presidente, deixamos de experimentar qualquer ansiedade quanto ao futuro político desse país».

PARA QUE QUEREMOS O CONSELHO DA EUROPA?

O relevo dado pela Imprensa e pelos vários partidos à recente reunião do Conselho da Europa explica-se por esta recente evolução do processo político português — recuperação capitalista tendente à integração na Europa (vejam-se as declarações de Soares de que «o 1.º Governo definitivo» pedirá a integração de Portugal na CEE).

Durante a referida reunião vários políticos europeus se referiram à situação em Portugal, exprimindo preocupações, que evidenciam clara-



Segundo tudo indica, esteve na agenda de Kissinger a intervenção militar em Portugal.

mente a sua posição reaccionária.

O que preocupa então estes senhores?

— a participação de militares na vida política;

— o facto de o CR não corresponder ao equilíbrio de forças no campo militar;

— algumas expressões «revolucionárias» contidas na Constituição.

Finalmente pronunciaram-se pela formação de um Governo PC/PS sem Sã Carneiro (17)

Este conselho, apressou-se a enviar a Portugal o seu secretário-geral, Ackerman.

Este senhor tem repetido incessantemente as intervenções de não ingerência do Conselho da Europa nos assuntos internos do nosso país. Mas quem acredita nisso? Quem não sabe que «técnicos» do Conselho da Europa «aconselham» e assistiram (e exultaram?) de perto à elaboração do projecto «Almeida Santos» para a Imprensa?

Então o que está ela cá a fazer? Veio cá apenas para condecorar Soares, ou também para lhe encomendar a missa?

UM ANO DE COMBATE E TRABALHO NA COOP. SOLDADO LUÍS

Realizou-se no passado sábado a festa comemorativa do primeiro aniversário da Cooperativa Agrícola «Soldado Luís», situada a alguns quilómetros de Alcácer do Sal e um dos muitos exemplos de firmeza e combatividade dos trabalhadores rurais alentejanos, que com a força do seu trabalho e da sua organização têm conseguido fazer desta cooperativa uma demonstração de unidade e luta pela verdadeira Reforma Agrária.

A solidariedade dos trabalhadores da cidade para com os seus camaradas do campo ficou bem patente nesta festa, onde se deslocaram muitos operários e moradores de bairros pobres de Lisboa, em apoio à Reforma Agrária. Presentes também homens como Zeca Afonso e Pedro Barroso que quiseram participar nesta jornada com as suas vozes, colocando-se ao serviço da luta contra o fascismo

e o capitalismo, pela Reforma Agrária, pelo poder popular.

Esta festa organizada pelos trabalhadores da Cooperativa «Soldado Luís» e pela sua comissão, reuniu largas centenas de pessoas, que participaram nas várias realizações (em que também se salientou a peça de teatro representada pelos camaradas da Quinta das Fonseca) e em conjunto discutiram e confraternizaram.

Mas, o amplo movimento de solidariedade para com os trabalhadores da Cooperativa «Soldado Luís» que iria mobilizar ainda mais camaradas para a festa (camaradas de outras cooperativas do concelho) foi boicotado por quadros responsáveis do PCP, que apelidando de esquerdista a realização, e insinuando ser ela apadrinhada partidariamente, impediram a vinda maciça de outros trabalhadores. Este facto foi muito sentido pelos trabalha-

dores da «Soldado Luís» que assim, devido ao sectarismo e divisionismo do PCP, não puderam contar com a presença de companheiros que vivem os mesmos problemas e dificuldades, que estão na mesma luta.

Um camarada da comissão da Cooperativa «Soldado Luís» não hesitou em fazer uma intervenção de grande significado em que, afirmando bem alto ser membro do PCP há longos anos, firmemente apontou a necessidade de unidade entre os explorados independentemente dos seus partidos, mostrando claramente que a festa era organizada pelos trabalhadores, que não admitiam pressões, manobras ou boicotes de quem os queriam limitar ou instrumentalizar.

É importante salientar que na Cooperativa «Soldado Luís» foi aprovada por unanimidade uma moção de apoio à candidatura de Otelo.



Propaganda do C.D.S. distribuída no quartel de Leiria. E por ordem do chefe...

No dia 28 de Abril de 1976 no DRM de Leiria (Região Militar do Centro), cujo chefe é o tenente-coronel Orlando da Costa e Silva, aconteceu algo de estranho quanto ao cumprimento da disciplina e apartidarismo das Forças Armadas.

Um indivíduo do CDS, apresentou-se ao chefe com bastantes exemplares da edição partidária «Alternativa 76» daquele partido, para distribuir no estabelecimento militar.

O chefe tenente-coronel, chamou os respectivos chefes de secção dando-lhes ordem para distribuírem nas respectivas secções individualmente a cada militar e ou funcionário um exemplar do referido programa «Alternativa 76».

Que os fascistas andam à solta, já sabemos. Que fazem propaganda livremente, também sabemos. Agora que o façam dentro de um quartel, por ordem do seu chefe e às claras, é o cúmulo.

Como conseguirá justificar, o certamente apartidário tenente-coronel tal facto? (do «BALUARTE», jornal popular da região de Peniche).

I CONFERÊNCIA DE TRABALHADORES FABRIS DA REGIÃO DE LISBOA

promovida pelo

Movimento de Esquerda Socialista

6 JUNHO - Instituto Superior Técnico - 9h



UNIR A CLASSE OPERÁRIA E O POVO CONTRA A EXPLORAÇÃO E A REPRESSÃO

I SECÇÃO — AS TAREFAS POLÍTICAS ACTUAIS DA CLASSE OPERÁRIA

- 1 A luta contra a ofensiva capitalista e a ameaça fascista
- 2 As eleições para a Presidência da República e a necessidade de cimentar a unidade popular
- 3 A unidade dos revolucionários, da classe operária, do povo e do movimento popular de massas
- 4 A organização da resistência popular e a construção da frente de massas anti-fascista e anti-capitalista

II SECÇÃO — OS OBJECTIVOS IMEDIATOS DE LUTA DOS TRABALHADORES

- 1 A luta pelo salário e pelo emprego contra a subida do custo de vida e os despedimentos
- 2 A luta contra o aumento da exploração (tentativas de aumento dos horários de trabalho, dos ritmos e cargas, etc.)
- 3 A luta contra a repressão sobre o movimento operário e a disciplina reaccionária do patronato, pelo total direito à greve, pela liberdade de reunião e informação nos locais de trabalho
- 4 A luta contra a recuperação capitalista nas empresas (regresso dos patrões, reintegração de saneados, etc.)
- 5 A luta pela melhoria das condições de vida. A questão do controlo da previdência
- 6 A crise económica, a reconversão das empresas e dos sectores e as respostas operárias

III SECÇÃO — A DEFESA DO CONTROLE OPERÁRIO E DAS NACIONALIZAÇÕES E A LUTA CONTRA A COLABORAÇÃO DE CLASSES

- 1 Limites, significado e papel actuais do controlo operário
- 2 As empresas e sectores nacionalizados: formas organizativas e limites do controlo dos trabalhadores
- 3 A organização nos locais de trabalho: o papel actual das comissões de trabalhadores e a sua coordenação sectorial e articulação com o movimento sindical
- 4 O avanço das tentativas de atrelar os trabalhadores à gestão das empresas. Os perigos da colaboração de classes e as formas de a combater

IV SECÇÃO — AS TAREFAS ACTUAIS NO CAMPO SINDICAL

- 1 O papel do movimento sindical
- 2 A luta pelos contratos colectivos
- 3 A luta por uma organização sindical forte e democrática
- 4 A luta pelo fortalecimento da linha revolucio-

nária no seio do movimento sindical

5 A luta por um congresso sindical de todos os trabalhadores portugueses e a defesa da unicidade sindical

V SECÇÃO — PROPOSTAS DE LUTA PARA OS SECTORES EM CRISE

- 1 Têxteis, lanifícios e vestuário
- 2 Construção civil
- 3 Metalurgia e metalomecânica
- 4 Outros sectores

FUNCIONAMENTO

- 9.00 ABERTURA
- 9.30 INÍCIO DOS TRABALHOS POR SECÇÕES
- 12.20 INTERVALO
- 14.30 REINÍCIO DOS TRABALHOS
- 17.00 FIM DOS TRABALHOS POR SECÇÕES. FUNCIONAMENTO DAS COMISSÕES DE REDACÇÃO DAS CONCLUSÕES
- 18.00 SESSÃO FINAL PLENÁRIA COM APRESENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES DAS VÁRIAS SECÇÕES

Informações e inscrições: 2.ª a 6.ª das 19 h às 22 h. Sábado das 16 h às 19 h. Av. D. Carlos, 130. Tel.: 600054.